



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**THEILON GOMES DIAS**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E DIFICULDADES NA ESCOLA PÚBLICA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)**

**2019**

THEILON GOMES DIAS

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E DIFICULDADES NA ESCOLA PÚBLICA

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, para obtenção do título de graduação em Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Deodete Maria das Neves Schmitt.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

---

- D541a Dias, Theilon Gomes.  
Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva: desafios e dificuldades na escola pública. / Theilon Gomes Dias. – Miracema, TO, 2019.  
52 f.  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2019.  
Orientadora: Deodete Maria Das Neves Schmitt
1. Atendimento Educacional Especializado. 2. Educação Especial. 3. Educação Inclusiva. 4. Pessoas com Deficiências. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

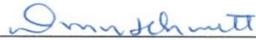
THEILON GOMES DIAS

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E DIFICULDADES NA ESCOLA PÚBLICA

Monografia foi avaliada e apresentada à  
UFT – Universidade Federal do Tocantins  
– Câmpus de Miracema, Curso de  
Pedagogia, para obtenção do título de  
Licenciada e aprovada em sua forma final  
pela Orientadora e pela Banca  
Examinadora.

Data de Aprovação 16/12/2019.

Banca Examinadora:



Prof. Dr.<sup>a</sup> Deodete Maria das Neves Schmitt, Orientadora, UFT



Prof. Dr. Antonio Miranda de Oliveira, Examinador, UFT



Prof. Me. Ulisses Franklin Carvalho da Cunha, Examinador, UFT

“Dedico este trabalho à minha **Mãe** e meu **Pai** que desde o início me apoiaram e acreditaram que eu seria capaz de finalizar esta graduação, e que do começo ao fim me puseram incentivo de não deixar desistir e nem fraquejar, pois tinham um grande sonho, de ter um filho graduado, e que hoje estou aqui finalizando este trabalho com muita dedicação e orgulho.”

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, não posso deixar de agradecer às pessoas que de alguma forma me incentivaram e contribuíram para a concretização deste curso de graduação Licenciatura em Pedagogia. Agradecer é sempre uma tarefa muito importante quando se sente agraciado, porém não é fácil, pois sempre fica o receio de ter esquecido alguém.

Meus sinceros agradecimentos...

A Deus pela saúde, fé, perseverança e pelo privilégio de compartilhar tamanha experiência ao perceber e atentar para a relevância de temas que fazem parte do nosso dia a dia, e que em grande medida afeta a vida de todos nós.

À professora **Deodete Maria das Neves Schmitt** pela paciência e por ter dedicado parte do seu tempo para corrigir meu trabalho, e pela orientação que arranjavamos tempo onde não tinha, para nos encontrar e destacar alguns pontos que precisavam ser organizados.

Em especial agradeço aos profissionais da **Escola Estadual Onesina Bandeira**, sujeitos de pesquisa que contribuíram em grande medida para a realização deste estudo, e que em todos os momentos me atenderam prontamente em todas as etapas de pesquisa, meu muito obrigado a todas as pessoas, sem as quais não seria possível a conclusão deste estudo.

Em especial ao professor Antônio Miranda de Oliveira, pela participação da banca examinadora e por ter compreendido a minha dificuldade em função do trabalho de não poder participar de todas as aulas e disciplinas integrantes do curso, e que sempre buscou meios para contribuir com a construção do meu conhecimento.

Também tive a honra de contar com o apoio do professor Ulisses Franklin Carvalho da Cunha na participação da banca de avaliação e que de tal forma contribuiu para que meu estudo se tornasse ainda melhor.

A todos os professores (as) pelos conhecimentos repassados, e as pessoas amigas que ajudaram direta e indiretamente, que me prestaram valiosas informações que de tal forma contribui e me incentivou a finalizar a elaboração deste trabalho, meu muito obrigado.

## RESUMO

O objeto deste estudo é o atendimento educacional especializado oferecido numa escola regular no município de Miracema do Tocantins, voltado para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Esta pesquisa buscou compreender os desafios e as dificuldades que professores e demais profissionais da escola pública, enfrentam no cotidiano da escola para trabalhar com as dificuldades de aprendizagem, de alunos diagnosticados com deficiências ou considerados com necessidades especiais. Observa-se que a cada ano aumenta o número de alunos com dificuldades de aprendizagens relacionadas a deficiências, transtorno global do desenvolvimento e outras necessidades especiais que se manifestam no desenvolvimento das atividades educativas nas escolas. Este fato é um tanto preocupante e nos provoca reflexões e inquietações enquanto educadores, e nada mais que a busca de conhecimento, sobre a forma como o atendimento educacional especializado é prestado ao público de alunos especiais em escola regular, em conformidade ao Decreto nº. 6.571/2008 (que dispõe sobre o atendimento educacional especializado) na Perspectiva da Educação Inclusiva. A pesquisa nos permitiu levantar informações no PPP e na secretaria da unidade escolar, através de entrevistas, questionários, na intenção de entender como acontece a inclusão na escola. Neste trabalho apresenta-se relato histórico da trajetória da educação especial no Brasil; o marco legal do Atendimento Educacional Especializado, bem como algumas reflexões acerca da formação dos professores para atuar junto a educação especial. Afinal, a inclusão acontece com a ajuda de todos os colaboradores da escola, sendo assim, para que esta tenha efeito, é preciso focar no trabalho da aprendizagem aproveitando as habilidades, disposições, força de vontade, interação, por fim, sempre respeitando a limitação do aluno independente das atividades a serem realizadas. Evidencia-se com este estudo que a inclusão só poderá acontecer na escola, pelo compromisso de todos, porque a educação inclusiva necessita de recursos financeiros, materiais pedagógicos, e profissionais capacitados, e uma boa equipe atenciosa e com o objetivo de fazer acontecer à inclusão conforme Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva.

**Palavras-Chave:** Atendimento Educacional Especializado. Educação Especial. Educação Inclusiva. Pessoas com Deficiências.

## ABSTRACT

The object of this study is the specialized educational care offered in a regular school in the municipality of Miracema of Tocantins, focused on special education from the perspective of inclusive education. This research sought to understand the challenges and difficulties that teachers and other public school professionals face in the daily life of the school to work with learning difficulties, from students diagnosed with disabilities or considered with special needs. It is observed that each year increases the number of students with learning difficulties related to disabilities, global developmental disorder and other special needs that manifest themselves in the development of educational activities in schools. This fact is somewhat worrisome and provokes us reflections and concerns as educators, and nothing more than the search for knowledge, about how specialized educational care is provided to the public of special students in regular school, in accordance with Decree No. 6.571/2008 (which provides for special educational care) from the Perspective of Inclusive Education. The research allowed us to gather information in the PPP and in the secretariat of the school unit, through interviews, questionnaires, in the intention of understanding how inclusion in school happens. This paper presents a historical report of the trajectory of special education in Brazil; the legal framework of Specialized Educational Care, as well as some reflections about the training of teachers to work with special education. After all, inclusion happens with the help of all employees of the school, so in order for this to have an effect, it is necessary to focus on the work of learning by taking advantage of the skills, dispositions, willpower, interaction, finally, always respecting the limitation of the student regardless of the activities to be performed. It is evidenced by this study that inclusion can only happen in school, due to the commitment of all, because inclusive education needs financial resources, pedagogical materials, and trained professionals, and a good attentive team and with the objective of making inclusion happen according to the National Policy of the Perspective of Inclusive Education.

**Keywords:** Specialized Educational Service. Special Education. Inclusive Education. People with Disabilities.

## LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais.
IBC	Instituto Benjamin Constant.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.
INES	Instituto Nacional da Educação dos Surdos.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
PAEII	Professor Auxiliar Ensino II.
PER1	Professor Ensino Regular 1.
PER2	Professor Ensino Regular 2.
PER3	Professor Ensino Regular 3.
PPP	Projeto Político Pedagógico.
PSR	Professora Sala de Recursos.
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.
TEA	Transtorno do Espectro Autista.
TCLE	Termo de Consentimento e Livre Esclarecido.
UFT	Universidade Federal do Tocantins.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>15</b>
<b>3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESENVOLVIMENTO E HISTÓRIA .....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 Marco legal da Educação Especial: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional .....</b>	<b>17</b>
<b>3.2 Breves apontamentos históricos e legais da educação inclusiva.....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>27</b>
<b>4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1 Reflexões sobre a formação de professores numa perspectiva de inclusão.....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>35</b>
<b>5 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E DIFICULDADES NA ESCOLA PÚBLICA (ESCOLA ESTADUAL ONESINA BANDEIRA) .....</b>	<b>35</b>
<b>5.1 Educação Inclusiva, Salas de Recursos Multifuncionais e o AAE - Atendimento Educacional Especializado.....</b>	<b>35</b>
<b>5.2 Caracterização da área de estudo e resultados da pesquisa de campo.....</b>	<b>37</b>
<b>5.3 Resultado da pesquisa e análise dos dados construídos .....</b>	<b>39</b>
<b>5.4 Do atendimento educacional especializado oferecido pela unidade escolar estudada</b>	<b>39</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças."  
Mantoan.

A escola pública no Brasil tem buscado construir na sua prática cotidiana os mecanismos para oferecer ensino de qualidade a todas as pessoas, efetivar o direito de todas as pessoas indistintamente ao acesso e a permanência na escola com sucesso na aprendizagem, tem sido um grande desafio, pois não é difícil perceber no cotidiano da escola que as práticas educativas embora tenham discursos democráticos, na maioria das vezes escondem seu caráter excludente, e conservador que se materializa no processo de ensino, em todos os seus níveis.

Historicamente a escola foi preparada para atender ao aluno idealizado, disciplinado com facilidade na aprendizagem, pautando seu processo de ensino aprendizagem numa perspectiva elitista, meritocrática e homogênea, porém ao se deparar com a diversidade e as diferenças, nossas escolas acabam por produzir e fortalecer situações de exclusão que têm causados prejuízos imensuráveis de maneira muito injusta, prejudicando o desenvolvimento educacional e a trajetória de vida de muitas pessoas.

Esta realidade não é recente, ao longo da história da educação observamos que é um quadro que se arrasta e se perpetua pelo tempo, mantendo os desmandos e as transgressões do direito à educação e a não-discriminação principalmente relacionados às pessoas com deficiências diagnosticadas ou não, as pessoas com necessidades especiais, ou mesmo as pessoas com dificuldades de aprendizagem momentânea e de origens difusas.

A situação que se encontram nossas escolas públicas, e as reflexões no decorrer do desenvolvimento do curso de pedagogia na UFT, provocaram-me inquietações que me levaram à busca por um estudo que de alguma maneira contribuísse para a compreensão em torno do direito de todos à educação, e da negação do direito a educação escolar inclusiva às pessoas com deficiências.

Por isso, quando se iniciou minha formação docente no curso de Licenciatura em Pedagogia no ano de 2014, fui vivenciando no currículo do curso diferentes atividades formativas como, por exemplo, palestras promovidas pelos estudantes juntamente com o auxílio dos professores, grupos de estudos, disciplinas integrantes e/ou atividades de extensão programadas pela universidade, estas vivências foram contribuindo para o aprimoramento dos meus conhecimentos a respeito do que é educação? e provocando questionamentos a respeito do porquê devemos atuar? e para quem? Enfim, pois o ofício de ensinar é algo impressionante

e requer o fortalecimento da construção do conhecimento que fundamenta a formação acadêmica do docente.

Durante este percurso tive a oportunidade de trabalhar em uma escola estadual como PAE-II (Professor Auxiliar de Ensino II), ou seja, professor de apoio ao AEE (Atendimento Educacional Especializado), acompanhando alunos com dificuldades de aprendizagens ou necessidades especiais em turma regular, sendo que estes possuem matrícula na sala de recursos multifuncionais da escola. Ao vivenciar isso em uma escola pública, resolvi realizar minha pesquisa acerca do atendimento educacional especializado oferecido no ensino regular na perspectiva da educação inclusiva.

Observa-se que nem sempre acontece como deveria, devido à falta de recursos e a quantidade de profissionais especializados para realizar este atendimento, pois conforme assegurado no Decreto 6.571/2008, (que dispõe sobre o atendimento educacional especializado) e que tem como objetivo principal, de

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (MEC, 2008).

O atendimento educacional especializado assegura a permanência do aluno na escola para que o mesmo possa ter interação e a participação em grupo de acordo com a sua limitação, e a ausência do laudo médico comprovando a sua deficiência dificulta isto, desta forma a escola não consegue oferecer o devido acompanhamento como de fato o aluno necessita em função da dificuldade de aprendizagem. É importante ressaltar também que nem sempre os pais informam a escola se o filho tem alguma dificuldade de aprendizagem, em alguns casos preferem ignorar o assunto e não aceitar que o filho tem deficiência na aprendizagem e que precisa de um apoio.

No meu percurso como professor de apoio, amadureci a ideia de estudo sobre a temática para a realização desta pesquisa monográfica, abordando a questão da educação inclusiva, com intuito de desvendar as dificuldades e os desafios que os profissionais da escola no ensino regular enfrentam ao receber alunos "diferentes" com transtorno global do desenvolvimento ou com deficiência, por isso elaborei problemáticas acerca das questões

vista na escola onde atuei, sendo que ficou inquietações que me motivaram a buscar respostas sobre: "Como é feito o trabalho da escola para com o aluno deficiente ou dito com necessidades especiais, em atendimento à Política Nacional de Educação Especial na Perspectivada da Educação Inclusiva, e previsto no Decreto 6.571/2008? Quais dificuldades e desafios a escola enfrenta na sua prática educativa voltada para o aluno deficiente? Onde estão as dificuldades dos professores da sala de aula comum no ensino regular em atender alunos deficientes?".

Para melhor compreensão, este trabalho foi organizado em capítulos que caracterizam os eixos que nortearam o estudo e ficou organizado da seguinte forma: *Capítulo I - Educação especial e Educação Inclusiva: desenvolvimento e história*, apresentamos um breve relato histórico da educação especial no Brasil, pontuando elementos importantes que contextualizam a educação inclusiva, apontando características e marcos legais e regulatórios que asseguram o acesso da pessoa com deficiência à educação escolar na perspectiva da educação inclusiva.

*No capítulo 2- Formação de professores no contexto da educação inclusiva: breves apontamentos sobre a formação e a atuação dos professores*, descrevemos aspectos legais que contemplam a atuação dos profissionais que trabalham com pessoas com deficiência e a importância da formação do profissional para o atendimento educacional especializado na educação escolar.

*No capítulo 3- Atendimento Educacional Especializado: desafios e dificuldades na escola pública*, apresentamos o estudo realizado na Escola Estadual Onesina Bandeira, as características e os aspectos legais que fundamentam o atendimento educacional especializado e os resultados da pesquisa de campo na escola, os dados construídos nos possibilitam uma análise ainda que incipiente da forma como a escola se organiza, para oferecer o atendimento educacional especializado para alunos diagnosticados com deficiência e alunos com necessidades especiais sem diagnóstico da deficiência, no ensino regular como também na sala de recursos multifuncionais.

Por fim, as considerações finais nos permitem compreender que a escola enfrenta desafios para trabalhar com o atendimento especializado na perspectiva da educação inclusiva, ou seja, não há profissionais capacitados, o ensino aprendizagem oferecido aos deficientes acontece por parte dos professores de apoio ao AEE, que acompanha os alunos na classe comum, já os professores de ensino regular apresentam demandas quanto à preparação e qualificação para trabalhar com alunos especiais, os mesmos percebem os desafios. Contudo a escola se organiza para oferecer de alguma forma o melhor atendimento possível aos alunos

com deficiência, e para além das dificuldades e desafios tenta fazer inclusão.

## 2 METODOLOGIA

A motivação para este estudo se deu a partir da experiência de atuação em escola pública, onde foi possível a vivência com diversos alunos com deficiência, tais vivências provocaram inquietações e o desejo de entender melhor como ocorre o trabalho da equipe pedagógica em relação à inclusão no ensino regular. Portanto, foi com convicção na importância de estudar esta temática que esse estudo monográfico foi esquematizado na perspectiva da educação inclusiva ao que diz respeito ao aluno especial e o atendimento educacional especializado oferecido no âmbito da educação escolar em rede pública.

Para a realização deste estudo contou-se com a pesquisa bibliográfica com fundamentação teórica em leitura e estudo de livros de autores que discutem a temática, leitura e reflexão de artigos científicos, leis, decretos etc. Também, pesquisa de campo realizada em uma escola pública no município de Miracema do Tocantins no ano letivo de 2018/2019. Na escola após autorização da gestora para pesquisa foi importante realizar pesquisa documental, aplicação de entrevistas e questionários aos professores, gestores. Todas as informações levantadas foram fundamentais para a construção e análise dos dados.

Para elaborar a monografia foi levantado informações para então conhecer um pouco mais a respeito da educação inclusiva, o que levou a definir como objetivo principal deste estudo, o seguinte: *Analisar as dificuldades e desafios do atendimento educacional especializado no ensino regular, em fazer a inclusão de alunos especiais na rede pública de ensino.*

E para melhor esclarecer e aprofundar esta pesquisa, buscamos formular os objetivos específicos em quais dificuldades a escola encontra em atender o alunado Especial, sendo assim, ficaram definidos da seguinte forma: *Conhecer o trabalho realizado pela escola quanto ao atendimento educacional especializado; Identificar os espaços pedagógicos destinados à inclusão do aluno especial; Compreender em que medida a escola como um todo se organiza para oferecer o atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva e compreender os desafios e dificuldades que a escola enfrenta ao trabalhar a educação inclusiva.*

Pretende ainda se possível for, apontar por meio deste estudo, possíveis contribuições do pedagogo nesse contexto da educação inclusiva no atendimento educacional especializado.

A pesquisa de campo contribuiu em grande medida para a elaboração deste trabalho

monográfico e detalhamos aqui o passo a passo da pesquisa realizada na escola. Inicialmente buscamos conhecer melhor a escola, realizar observações para perceber como é feito o trabalho da sala de recursos para com os alunos especiais; posteriormente foram aplicados questionários com questões abertas para a professora da sala de recursos multifuncionais e para os professores do ensino regular, os questionamentos visavam obter respostas quanto ao atendimento em sala de aula regular e as dificuldades em atendê-los.

Para alcance dos objetivos da pesquisa de campo, a Escola Estadual Onesina Bandeira, foi selecionada para a realização desta pesquisa, onde buscamos entender sobre: o atendimento na sala de recursos multifuncionais; as dificuldades enfrentadas pelos professores de turma regular em atender ao público de alunos com deficiências ou com necessidades especiais; como acontece a inclusão dentro da escola; como os alunos são tratados dentro da sala de aula; da participação dos alunos especiais nas atividades individuais, em dupla, em grupo e de forma coletiva, enfim.

Os dados construídos foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa, que segundo Minayo (1994, p. 21-22), [...] “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Nesse processo, o encontro com os sujeitos da pesquisa e o diálogo que se desenvolve no decorrer da pesquisa e construção dos dados, permite o desvelar, a partir das respostas dos próprios sujeitos, sua cotidianidade. Com isto se torna possível pedagogicamente compreender o cotidiano vivido por esses profissionais, e a forma como as pessoas com deficiência ou com necessidades especiais são atendidas através do atendimento educacional especializado na escola, decifrando os desafios e dificuldades de seu mundo cotidiano.

Por isso, selecionamos como sujeitos para responder a pesquisa, profissionais da sala de aula regular, da sala de recursos multifuncionais e coordenação pedagógica, desta forma os dados foram analisados e transformados em texto monográfico e apresentado na Universidade Federal do Tocantins.

## CAPÍTULO 1

### 3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESENVOLVIMENTO E HISTÓRIA

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

A década de 1930, foi um marco bastante importante para a educação especial, se fortalecendo com a chegada de Helena Antipoff ao Brasil a convite do governo de Minas Gerais, e com isso possibilitando a criação da Instituição Pestalozzi no estado de Minas, e foi a partir daí que a educação especial tomou força impulsionando e influenciando todo o país, na criação de mais escolas voltadas para o atendimento à criança com deficiência, conforme informações do MEC/SECADI.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (1892-1974) (MEC/SECADI, p. 2).

O que se observou neste momento foi a implantação de instituições de cunho privado, filantrópicas, incentivada pelo governo para atender às especificidades das pessoas com deficiência, conforme se evidencia nas pesquisas realizadas por Januzzi (2004), sobre a educação do deficiente no Brasil:

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular [...] (JANNUZZI, 2004, p.34)

Até por volta da década de 50 pouco se falava e pouco se sabia sobre a educação especial. Posteriormente na década de 70, a educação especial ganhou visibilidade e foi conquistando espaços de discussão por parte dos governantes, que passaram a manifestar certa preocupação com a implementação de políticas públicas para educação especial, bem como a criação de espaços educativos destinados à educação especial, promovendo também a reflexão em torno da elaboração e implementação de atos normativos federais e estaduais.

Conforme Rogalski (2010)

No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais (ROGALSKI, 2010, p. 2).

A partir de 1970, a educação especial passou a ser discutida mais fortemente no país, com isso tornou-se uma enorme preocupação para os governantes da época, pois a partir das discussões ampliaram-se a implantação de instituições públicas/privadas, órgãos normativos estaduais e federais com intuito de amparar e atender as pessoas consideradas especiais (crianças e jovens diagnosticados com deficiência).

Diante do exposto pode se dizer que a criação de instituições privadas para atendimento da educação especial influenciou e muito na implantação de mais unidade de atendimento, pois houve a provocação aos governantes que se viram na obrigação de atender à demanda social, visto que a população se movimentava no sentido de cobrar que o poder público assumisse sua responsabilidade com a educação, nesse caso o intuito maior era o de amparar as crianças especiais.

É importante frisar que algumas conquistas foram efetivadas devido às lutas travadas pelas famílias, em torno dos direitos das pessoas com deficiências, buscando assegurar acesso à educação escolar e as escolas especiais para que estas pessoas se desenvolvessem, sempre que possível de maneira inclusiva assegurando educação a todos.

Um marco fundamental foi a criação em 1954 do movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ), que culminou com um acréscimo de escolas especiais. A APAÉ se constitui como organização com base nos moldes da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América, que se caracteriza por ser uma associação que oferece assistência educativa às crianças especiais.

Considera-se de maneira histórica que a educação especial é a modalidade destinada às pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, como por exemplo, deficiência mental, visual, auditiva, motora, física e superdotados, ou seja,

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial. (ROGALSKI, 2010, p. 3).

Como podemos perceber, historicamente o público de alunos diagnosticados como

especiais vem aumentando significativamente, e nisso os tipos de deficiências diversificaram-se bastante, então são diversos os alunos considerados especiais, pois à medida que um aluno apresenta certo comportamento ou dificuldade no processo de aprendizagem a equipe pedagógica da escola deve se atentar e buscar meios para diagnosticar juntamente com a família, e demais profissionais de maneira multidisciplinar, como psicólogo, psicopedagogo, neurologista, psiquiatras, neuropsiquiatrias, terapeutas e outros, para que se possa fazer um diagnóstico preciso, no sentido de compreender as características e a forma como cada criança aprende.

É importante destacar também que muitas crianças na escola regular, quando em atraso no desenvolvimento da aprendizagem, apresentam sinais que de fato necessitam de ajuda ou acompanhamento de profissionais especializados, que a partir disso possam ter um olhar de inclusão e promover as condições para que a criança alcance a aprendizagem, por isso a escola precisa contar com profissionais capacitados e especialistas no assunto para então atuarem em conjunto, ou seja, diagnosticando a dificuldade de aprendizagem e qual o tipo de apoio a ser oferecido ao aluno em função das suas necessidades.

Para isso a educação escolar precisa oferecer atendimento diferenciado quando necessário e assegurar direitos iguais, ou acesso para que todas as pessoas sem distinção, tenham o mesmo direito dentro da escola, com permanência, e sucesso na aprendizagem do mesmo modo na vida social, interagindo como sujeito ativo e participativo.

A Lei assegura o atendimento especializado preferencialmente no ensino regular e também que a pessoa com deficiência seja matriculada na sala de recursos multifuncionais, caso necessário, pois lá o professor ou psicopedagogo buscará estratégias educativas e ferramentas metodológicas para trabalhar de acordo com as especificidades e as limitações de cada aluno, buscando meios para assegurar o desenvolvimento da aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva, pois o aluno com deficiência ou necessidades especiais deve frequentar a sala de aula no ensino regular e interagir com os demais alunos.

### **3.1 Marco legal da Educação Especial: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

Devido às características pessoais apresentadas pelos alunos com necessidades especiais e com deficiência, a educação destinada a este público foi caracterizada como educação especial e ganhou espaços nos documentos legais voltados para a educação brasileira.

Para melhor esclarecer, veremos a seguir como a educação especial foi se

desenvolvendo na história da educação no Brasil e como está assegurada nos dispositivos legais tendo em vista o atendimento ao público da educação especial.

De início, observamos as alterações nas LDBs (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Começamos com a primeira Lei, nº. 4.024/61 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a segunda nº. 5.692/71 fixa as Diretrizes e Bases da Educação para o ensino de 1º e 2º graus, e a terceira nº. 9.394/96 que está em exercício e que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Na primeira Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº. 4.024/61, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação especial foi assegurando no contexto geral da educação, pois, foi inserida no sistema geral de educação, foi mencionada como, Da Educação de Excepcionais, Título X, conforme citado nos Artigos 88 e 89, que impõem,

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1961, p. 15).

Contudo apesar de contemplada no dispositivo legal, a educação especial foi pouco discutida na primeira LDB, porém, conforme citado nos artigos acima, a educação especial esteve desde o início amparada e assegurada por lei, com isso, podemos assim dizer que coube aos poderes públicos o tratamento e o atendimento com a devida atenção, mediante à pagamento de bolsas de estudos, empréstimos e subvenções, de acordo com o que ficou estabelecidos nos artigos desta lei.

Na segunda LDB Lei nº. 5.692/71 a educação especial foi citada apenas no artigo nº. 9, porém, sendo apoiado pelo Artigo nº. 10, apresentando uma pequena alteração que, fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

Portanto, na referida Lei ficou estabelecido nos artigos nº. 9 e nº. 10 que,

Art. 9. Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Art. 10. Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade. (BRASIL, 1971, p. 4).

De fato a lei ampara as crianças com dificuldade de aprendizagem, atrasos, deficientes

físicos e mentais desde muito cedo, porém poucas pessoas têm conhecimento ou entendimento sobre os direitos e deveres presentes na lei, mas a escola sabe e entende que todo aluno com estas características precisam de atendimento diferenciado, ou seja, atendimento educacional especializado, sendo assim as famílias precisam ser orientadas para estarem cientes quando seu filho apresentar baixo desempenho na vida escolar, buscar o devido apoio educacional dentro da escola que o aluno está matriculado.

Historicamente algumas famílias apresentaram dificuldades em aceitar que seus filhos têm algum tipo de deficiência, sendo assim, preferem culpar na maioria das vezes o professor e a escola por não saberem avaliar a criança, ou passar o devido aprendizado de forma correta, mas antes mesmo a lei sempre esteve sendo trabalhada em dar o devido direito aos alunos diagnosticados como especiais, para que estes desde cedo possam receber o devido atendimento de acordo com a sua necessidade de aprendizagem.

Observa-se que atualmente algumas famílias ainda não têm conhecimento dos dispositivos legais, e não sabem da existência do decreto nº 6.571/2008 que assegura ao aluno acompanhamento especial na perspectiva da educação inclusiva. Desta forma, o atendimento educacional demora chegar e o aluno vai ficando velho dentro da escola sem ter o devido atendimento, por isso é importante que a escola proporcione aos pais ou as famílias palestras e orientações para que fiquem atentos quando perceberem atrasos e dificuldades na aprendizagem dos educandos em casa e/ou na escola, para que seja informado imediatamente à instituição para que esta possa construir condições para prestar uma educação de qualidade ao seu filho.

Já a terceira e atual LDB Lei nº 9.394/96, que está em vigor desde sua promulgação em 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesta, a Educação Especial fica mais fortalecida, trazendo a igualdade, seguridade a todos, professores especializados e direitos à permanência do aluno na escola, com o atendimento educacional, aos currículos, métodos, as técnicas, aos recursos educativos, enfim, conforme veremos a seguir.

No CAPÍTULO V da LDB nº 9.394/96, a Educação Especial pode ser entendida como: “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (BRASIL, 1996, p. 19).

Esta Lei promoveu um relevante avanço para a educação, quanto ao direito e igualdade de todos na escola, no entanto, cabe dizer que a partir deste entendimento conforme especificado nos incisos 1, 2 e 3, os alunos diagnosticados com necessidades especiais estarão

assegurados com atendimento educacional, e ainda,

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 19).

De fato, as escolas vêm tentando encontrar os caminhos que permitam atender os direitos e deveres na oferta da educação especial de maneira inclusiva no ensino regular, de acordo com as necessidades dos alunos, seja ele deficiente ou com necessidades especiais, e para isso vem oferecendo o atendimento educacional especializado, e a integração desses alunos nas classes comuns do ensino regular dentre outros.

Contudo, são muitas as dificuldades e desafios enfrentados pela escola, pois nem sempre o poder público cumpre com suas obrigações em repassar os recursos e o apoio necessário para as escolas executarem uma educação digna de um cidadão cumpridor de seus compromissos políticos e sociais, e principalmente como pagador de impostos.

É importante ressaltar que as escolas públicas brasileiras como todos sabem, vem buscando se virar como “pode”, pois os recursos que chegam não são suficientes para a manutenção das condições administrativas e pedagógicas de maneira satisfatória, para a oferta de um ensino público universal e democrático, que assegure qualidade e participação de todos no processo educativo, e por isso acaba por desenvolver a educação escolar de forma precária.

Para um melhor entendimento sobre o que assegura aos educandos da educação especial ainda neste capítulo da Lei, temos o artigo 59, onde especifica que;

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996, p. 19 - 20).

Na verdade, nem tudo que está especificado neste artigo acontece nas escolas, o que nos provoca inquietações e diante das nossas inquietações alguns questionamentos nos leva à reflexão: O atendimento educacional de fato acontece conforme especificado nos itens acima? Mas será que só isto é o bastante para lidar com as dificuldades enfrentadas todos os dias nas escolas públicas? Os professores sem formação conseguem realizar um bom trabalho, sendo que estes não têm conhecimento acadêmico?

O cotidiano da escola revela como é o processo e a situação em lidar com alunos que apresentam estas características, pois sempre faltam recursos, materiais, profissionais, espaços, acessibilidades, enfim, são diversos os fatores que nos levam a questionar e apontar a falta de instabilidade financeira na educação pública.

A educação especial é muito importante, é uma modalidade que necessita muito da atenção do poder público, pois este deve sempre cumprir com o apoio financeiro, técnico e educacional. Portanto, toda ação é necessária, enfim, conforme especificado no artigo 60, que

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público. (BRASIL, 1996, p. 20).

No entanto, é dever dos órgãos normativos, a responsabilidade pela caracterização das instituições, sejam privadas sem fins lucrativos ou públicas, as especialidades dos alunos são muitas, com isso todas elas necessitam de apoio financeiro, pois todas visam um único objetivo, atender com exclusividade e dedicação aos alunos da educação especial sempre que possível na perspectiva da educação inclusiva.

A escola inclusiva depende de adaptações de grande e médio porte. As de grande porte competem aos órgãos federais, estaduais e municipais de educação; as de pequeno porte são mudanças que cabem das iniciativas dos professores, que devem buscar recursos para ampliar sua qualificação, com o intuito de inserir esses alunos de forma eficaz e humana. (ROCHA, 2017, p. 4).

A inclusão é responsabilidade de todos dentro da instituição, no entanto, conforme citado acima, cabe ao profissional da educação especial buscar sempre ampliar sua linha de conhecimentos, para que possa ter diversas formas de trabalhar as habilidades de seus alunos, pois independentemente do grau de dificuldade de aprendizagem, adaptações necessárias poderão ser feitas com o intuito de promover a interação do aluno deficiente com os demais

da turma.

### 3.2 Breves apontamentos históricos e legais da educação inclusiva

É importante lembrar que as crianças que nasciam com deficiência em épocas passadas, antes mesmo da era cristã, eram afogadas ou até mesmo tratadas como algo anormal, deste modo eram condenadas à morte.

Durante muitos e muitos anos as pessoas com deficiência em geral eram tratadas como seres malignos, aberrações, castigo divino entre outras coisas que fizeram com que muitos fossem exterminados, ou, deixados a mercê do destino até chegarem a morte. (PRESTES, 2011 p. 12).

Para as sociedades de épocas passadas, as crianças não eram bem vindas às comunidades, ou seja, as comunidades tinham medo que estas fizessem mal aos demais, então os próprios pais trancavam seus filhos dentro de quartos escuros onde lhes davam apenas água e alimentos, com isso, eram tratados como bicho, fera ou até mesmo criaturas demoníacas devido a sua má formação ou deficiência, segundo Prestes (2011, p. 12), "[...] os deficientes eram, portanto, separados do restante da sociedade, ou seja, segregados e privados da convivência social, de fazer parte do mundo, sendo de total responsabilidade dos familiares”.

O referido autor ainda afirma que, “na antiguidade a deficiência era vista como sinal da presença de demônios na pessoa, ou como um castigo para a família” (p. 13). Na antiguidade, para identificar se a criança era especial ou “normal”, o professor tinha todo um cuidado na identificação, pois se buscava um aspecto externo da criança, por exemplo, como está especificado num trecho de um artigo do italiano Ugo Pizzoli (1863-1934) publicado na época em uma revista de educação, onde destaca que

O aspecto externo (atitude geral, a fisionomia, o vestuário, a postura espontânea) caracteriza e revela a condição psicológica da criança [...] O primeiro cuidado do professor será distinguir o *typo* inteligente normal médio do *typo* débil de espírito (imbecilidade, deficiências por paradas de desenvolvimento, atrasos, etc.) (PIZZOLI, 1914, p. 2).

Portanto, a prática desta identificação era solicitada ao professor, nisso se identificados como anormais eram então organizadas salas homogêneas para o atendimento destes alunos, pode-se dizer então, que desde o final do século XIX no país existiram instituições que foram referência por atender as classes especiais na época.

E como referência e a exemplo, podemos citar que em 1933 foi instituído o decreto da

educação do estado de São Paulo, que classificou as deficiências como classes de especiais, onde estabelecido que

Parte VII  
 Da educação especializada  
 Art. 824  
 Dos tipos de escolas especializadas:  
 a) escolas para débeis físicos  
 b) escolas para débeis mentais  
 c) escolas de segregação para doentes contagiosos  
 d) escolas anexas aos hospitais  
 e) colônias escolares  
 f) escolas para cegos  
 g) escolas para surdos-mudos  
 h) escolas ortofônicas  
 i) escola de educação emendativa dos delinquentes.  
 Onde não for possível a instalação de escolas especializadas autônomas  
 [...] serão organizadas classes para esses fins especiais nos grupos escolares  
 (DECRETO 5.884, de 1933).

Neste caso não se pode considerar ou dizer que era inclusão, pois conforme a citação acima, as deficiências eram diversificadas e distribuídas em classes, desta forma alunos com deficiência mental não podiam estar e nem interagir com os demais, talvez poderiam atrapalhar a aprendizagem e assim por diante.

De fato, se referiam à educação especial como classes especiais, contudo, não havia inclusão, porque separavam por deficiências e formavam turmas por especialidade, as com características semelhantes ficavam numa mesma classe, ou eram excluídos dos demais alunos, pois estes não conseguiam acompanhar o ensinamento da classe regular, sendo considerados “débeis”, “anormais”, e até mesmo “delinquentes”.

Após a educação especial ter conquistado visibilidade e se fortalecido mundialmente, muitos países se uniram inclusive a UNESCO, para discutir e elaborar o documento que definiria o atendimento especializado para todos os alunos com necessidades especiais, e a partir deste documento as escolas passariam a trabalhar a educação inclusiva com qualidade e com um único compromisso, atender a todos os alunos matriculados em turmas regulares de acordo com a sua deficiência de aprendizagem permanecendo em escola regular e atendidos em salas especializadas com atividade complementar e suplementar.

Para a elaboração deste documento, Declaração de Salamanca de 1994, estavam reunidos [...] “noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, reunidos em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Junho de 1994”, (p. viii) todos em prol de um único compromisso, melhorar o atendimento educacional às crianças e jovens com deficiência, e o direito ao desenvolvimento e à permanência dentro da escola, com currículos adaptados para a

sua aprendizagem, conforme a sua limitação, assegurando assim a educação inclusiva.

A família por sua vez é a responsável por iniciar a educação em casa, mais cabe à escola o papel responsável pela socialização de todo ser humano em uma sociedade, e toda criança indistintamente tem por direito à matrícula em escola regular, e com o apoio da Declaração de Salamanca, ficou definido que independentemente da capacidade e condições do aluno, jamais devem lhe tirar o direito de frequentar a escola, porque

O princípio orientador deste Enquadramento da Ação consiste em afirmar que as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou superdotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 6).

Sendo assim, cabe a escola adaptar-se à sua clientela, buscando sempre métodos a serem trabalhados de acordo a dificuldade de aprendizagem dos educandos. E ainda conforme previsto nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituída pelo CNE, (2001), artigo 2º, determina que cabe aos sistemas de ensino à organização quanto ao [...] “atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC/SEESP, 2001).

A criança, o adolescente diagnosticado como aluno deficiente ou com necessidades especiais tem o direito de frequentar a educação básica, e ter dupla matrícula na escola, por exemplo, uma na sala de aula regular e outra na sala de recursos para o atendimento educacional especializado - AEE.

E para esclarecer esta afirmação, buscamos informação no Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, que de acordo o Decreto nº 6.571, confirma e cita que [...] “o duplo cômputo da matrícula dos alunos público alvo da educação especial, uma em classe comum da rede pública de ensino e outra no atendimento educacional especializado (AEE).” (MEC, 2010, p. 5).

No entanto, também tem direito ao atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais, com o objetivo de complementação da sua aprendizagem em horários opostos ao da sala de aula regular.

O Plano Nacional de Educação deixa bem claro em uma de suas metas, que a educação é para todos, então os alunos deficientes ou com necessidades especiais são sujeitos de direitos dentro da escola com respeito e direito a igualdade, desta forma aponta:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (PNE, 2014, p. 11).

Sendo assim, a inclusão de crianças e jovens com deficiências deve acontecer na escola regular, pois de acordo a meta 4 do PNE, fica bem elucidado que o acesso à educação básica deve vir acompanhado com todo o aparato da inclusão, pois as escolas devem dar preferência ao sistema de educação inclusiva, com todos os dispositivos necessários, como, salas de recursos, AEE, classes e serviços especializados, independentemente de a instituição ser pública ou privada, pois tudo isso proporciona o ingresso e a permanência dos educandos na escola.

O trabalho de inclusão realizado dentro da escola e na sala de aula regular, deve ter a participação de todos, principalmente atenção por parte do professor para com toda a turma, porque a inclusão do aluno com necessidades especiais só se efetivará quando o aluno se sentir respeitado, participativo na construção do conhecimento juntamente com os demais, pois independente da sua necessidade ele também é aluno, e nesse caso, cabe à escola, professores e demais alunos respeitarem a sua limitação quando da participação em grupo e demais atividades.

Em 2009 o Brasil promulgou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), por meio do Decreto nº 6.949/2009, e desta forma assumiu o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da sua deficiência. (BRASIL/MEC, 2010, p. 5). Conforme definição do Decreto em seu artigo 1 que:

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. (BRASIL, 2009, p.1).

Desta forma e com base nos demais dispositivos legais mencionados neste texto, percebe-se que existe certo interesse em promover o respeito à dignidade humana e assegurar neste contexto o acesso à educação inclusiva de maneira igualitária.

Portanto, a inclusão educacional é um direito de todas as pessoas e para que isso aconteça são necessárias mudanças na concepção de educação e nas práticas educativas pedagógicas e

administrativas, mudanças na forma como as atividades são desenvolvidas na sala de aula, mudanças na forma como se desenvolve a formação e a valorização de professores, para a efetivação da universalização da educação e para assegurar o direito de todos à escolarização com qualidade.

Como o papel do professor é fundamental no processo educativo como um todo e em especial na educação inclusiva, no texto seguinte apontamos brevemente aspectos importantes para a formação de professores para a educação inclusiva.

## CAPÍTULO 2

### **4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES**

A implantação de uma política inclusiva no Brasil vem enfrentando muitas dificuldades e enormes desafios que vão desde a quebra de barreiras arquitetônicas até a conquista do respeito a diversidade escolar em uma postura de não discriminação. Um dos grandes desafios para de fato assegurar uma prática escolar inclusiva está na formação e qualificação dos profissionais para atuarem na educação escolar numa perspectiva de inclusão.

A falta de preparação ou de formação dos professores se torna mais evidenciado diante das dificuldades que estes encontram ao trabalhar com alunos com deficiências, o ingresso nas escolas de alunos com diversos tipos de deficiências, transtornos ou dificuldades de aprendizagens, como por exemplo, transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades/superdotação, Déficit de Atenção/hiperatividade – TDAH (transtorno do déficit de atenção com hiperatividade), nas escolas no ensino regular, tem provocado muitas inquietações nos profissionais da educação, docentes se sentem sem condições, despreparados e incapazes para oferecer atendimento acolhedor a esses estudantes e, principalmente quando se trata de adotar propostas pedagógicas, métodos, estratégias que de fato atendam às necessidades, especificidades e demandas próprias de cada aluno e que de fato assegure a ele o desenvolvimento da aprendizagem.

Por certo, não se pode justificar o fracasso dos processos inclusivos de educação apenas reconhecendo as dificuldades que os professores enfrentam devido à falta de formação, ou qualificação permanente, para atender a dinâmica pedagógica e a realidade encontrada no cotidiano da educação escolar, é importante considerar que a formação destes profissionais é um dos pilares que sustentam os processos de educação inclusiva e que a preparação e a valorização destes, é um dos meios que junto com outros meios fortalecem os processos de inclusão e à implantação de experiências e práticas bem sucedidas de educação inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9.394/96 assegura que os estabelecimentos de ensino em todo o país devem promover o acolhimento das pessoas com deficiências ou com necessidades especiais preferencialmente no ensino regular, de maneira

que essas pessoas possam participar de todas as atividades escolares de forma inclusiva. A Lei educacional ao definir esses critérios para inclusão de alunos com deficiências aponta também em seu bojo as diretrizes da formação docente para a atuação pedagógica nas escolas, ao estabelecer que: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para à integração desses educandos nas classes comuns.” (LDB, 1996).

Ressalta-se que a Lei aponta uma diferenciação no que tange a especialização e a capacitação, pois há profissionais para atendimentos especializados e profissionais capacitados para atuarem nas classes comuns no ensino regular.

Confirmando o que está posto na Lei educacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na educação básica de 2001, traz uma conceituação mais esclarecedora sobre as competências de cada um desses profissionais. Segundo as DCNs para a Educação Especial (2001), os professores especializados são aqueles que:

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (DCNs, 2001).

Para atuar como professor especializado o profissional deve ainda comprovar que possui formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas; ou complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. (DCNs, 2001).

Para os profissionais que já atuavam na educação no período de implementação das Diretrizes foi assegurado o direito de formação continuada por meio do oferecimento de cursos: “inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (DCNs 2001).

Quanto aos profissionais capacitados as Diretrizes trouxeram a conceituação e os critérios de formação para estes profissionais:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para: I

– perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (2001) .

Neste caso os professores capacitados devem ter cursado em algum momento da sua formação, disciplinas ou módulos voltados para os conhecimentos pertinentes à educação especial e à educação inclusiva, e ainda ter desenvolvido as competências e as habilidades fundamentais para reconhecer necessidades e especificidades educativas dos alunos e propor na ação pedagógica instrumentos e técnicas necessárias ao bom desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais.

Ao se tratar de educação inclusiva percebe-se que nem sempre é possível adquirir todas estas competências cursando apenas uma ou outra disciplina oferecida nos cursos de graduação, pois este é um trabalho que exige fortalecimento e amplitude da formação.

Neste sentido é possível afirmar que de fato a educação inclusiva é um desafio para muitos educadores, pois é preciso uma formação sólida, muita vontade de fazer a educação inclusiva acontecer, superando as dificuldades, desafios, preconceitos e adotando boas práticas de organização e planejamento educativo, estratégias educativas, uso de tecnologias etc. Ainda assim, por mais tecnologias e estratégias disponíveis na atualidade, sempre haverá desafios e dificuldades à enfrentar na educação, seja ela especial ou não, dificuldades que muitas vezes são impostas por políticas públicas de educação elitista, homogênea, descontextualizada e excludente, políticas que inclusive apontam para um retrocesso na educação escolar.

Desta forma, trabalhar a educação inclusiva, é trabalhar a aprendizagem dos alunos, independente das dificuldades enfrentadas pela escola, o professor sempre irá lidar com certos níveis de desenvolvimento dentro da sala de aula, porque a educação vive mudanças constantes, por isso o educador mediador do aprendizado e conhecimento, terá que focar num planejamento que considere a diversidade escolar e envolva a todos, conforme as necessidades de aprendizagens de seus alunos, pois

O planejar numa perspectiva inclusiva é atualmente um desafio, que requer de seus atores a ousadia de ir além da aprendizagem de todos os estudantes, sejam eles vinculados à Educação Especial ou não. Desafio que parte desde a mudança conceitual que versa sobre o paradigma das possibilidades e limitações de aprendizagem do estudante da educação especial, quanto da cultura da competência do professor em relação ao processo de ensino para todos esses estudantes. (ZANATA, 2017, p. 2).

As atividades educativas precisam ser planejadas levando em consideração o contexto social em que os alunos estão inseridos, bem como a diversidade presente na escola, pois é um dever do profissional da educação que exerce o ato de lecionar saber lidar com isso. Porém, atualmente tem sido uma grande responsabilidade quando do atendimento ao público da educação especial, pois o professor precisa aprender a lidar com muitos desafios e dificuldades e elaborar estratégias e ir além das perspectivas com um objetivo a ser alcançado, mais sempre respeitando o espaço e a limitação dos educandos dentro da cultura e na busca da igualdade.

No ensino regular existem diversos tipos de alunos, dentre eles o aluno com deficiência ou com necessidades especiais, esta diversidade requer mais atenção e dedicação do professor, devido à sua dificuldade de aprendizagem e para isso conforme comentado anteriormente, o professor precisa ir além do ensino e driblar as dificuldades e desafios encontrados ao longo de sua carreira profissional, desta forma, pôr em prática estratégias criativas com o intuito de alcançar o objetivo da inclusão, portanto, segundo Rocha,

Para que as escolas atendam ao processo de inclusão, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos no ensino regular e o ensino precisa de uma revisão, a fim de atender as demandas individuais de cada aluno, independentemente de suas particularidades e diferenças, de modo a adequar e organizar o currículo e o Projeto Político Pedagógico da instituição, contemplando a diversidade de sua comunidade escolar, formando um equilíbrio entre o desenvolvimento dos conteúdos previstos e a socialização de todos os envolvidos. (ROCHA, 2017, p. 4).

Adequar a escola e os conteúdos às necessidades dos alunos é algo bem dificultoso para a direção da escola, serviço de orientação educacional, psicopedagogo e professores, porque para esta configuração é necessário ser incluído no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, políticas de inclusão e propostas educativas que também atendam ao público de alunos com necessidades especiais ou deficientes, pois a missão da escola é formar cidadãos ativos.

Para se construir uma escola adequada ao público da educação especial não é necessário apenas ter professores, na verdade é preciso que tenha profissionais capacitados para atuar com a real necessidade do aluno, pois estes têm um modo especial de aprendizagem, que acontece de forma bem mais lenta que os demais alunos, neste caso Rocha (2017, p. 5), afirma que

Atualmente, para construir uma escola que atenda adequadamente a alunos com características, potencialidades e ritmos diferentes de aprendizagem, não basta

apenas que tenham professores e demais profissionais que uma escola normal apresenta. Faz-se necessário que os profissionais e principalmente os professores estejam capacitados para exercer essa função, atendendo a real necessidade de cada educando.

Conforme afirmação do autor, o professor como mediador do conhecimento precisa estar preparado para tal função, ou seja, ter capacitação na área que irá atuar para que assim possa melhor desempenhar a função de educador especial, pois ele tem autonomia saberá proporcionar aos alunos especiais, situações, como por exemplo, atividades pedagógicas voltadas a prática do conhecimento no tocar e sentir.

O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avance em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem (ROCHA, 2017, p. 6).

Promover ao aluno da educação especial a interação com os demais e mostrar para o aluno que ele tem potencial, faz do professor um grande incentivador que quebra barreiras existentes quanto à aceitação deste aluno na sala de aula. Os obstáculos serão grandes, mas a solução do problema não está apenas nas mãos do professor, pois ele sozinho não será capaz de intervir por seus alunos em busca da igualdade, para isso é necessário que todos façam sua parte, que aceitar e respeitar o aluno ou colega independente da sua dificuldade de aprendizagem será favorável para que este se desenvolva melhor nas atividades.

A atuação pedagógica é um processo de investigação e estudo e de solução de problemas, por isso, muitas vezes o professor se depara com inúmeros desafios que devem ser solucionados para superar os limites impostos, exigindo dos professores a busca por novas estratégias, procurando identificar as possibilidades de cada aluno com o intuito de encontrar as possibilidades para que esse aluno possa aprender junto com os demais e superar seus próprios limites. (ROCHA, 2017, p. 6).

O professor da sala de aula no ensino regular deve ser orientado de como trabalhar com alunos especiais e ainda buscar capacitação, porque planejar pensando a aprendizagem dos seus alunos é prática do professor dedicado ao ofício. O professor deve focar nas dificuldades de aprendizagem do aluno, porque o público de alunos que ele lida todos os dias é diversificado e não é o bastante para ter conhecimento das suas dificuldades, por isso é importante buscar estratégias e formas de trabalhar o problema da aprendizagem de todos independentes dos seus limites e habilidades.

#### 4.1 Reflexões sobre a formação de professores numa perspectiva de inclusão

A formação de professores para atuar na área da educação inclusiva, é algo que deve ser repensado, pois muitos profissionais em atuação nas escolas não têm a formação necessária numa perspectiva de inclusão, ou seja, o poder público vem constantemente contratando professores sem nenhuma experiência na área, sendo que trabalhar com o público da educação especial requer complementação, especialização, formação em educação especial e experiência na área inclusiva, pois este profissional se depara todos os dias com um público diversificado, com especificidades e necessidades que demandam mais tempo e dedicação do professor (pessoas que aprendem de um jeito diferente e talvez mais demorado), mas que assim como todas as pessoas sem distinção são sujeitos de direito e precisam ter seu direito à educação, respeitando o seu tempo e modo de aprendizagem.

Portanto, é necessário que esses profissionais apresentem um perfil de

[...] professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática do aluno diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes necessidades educacionais especiais, tanto para o apoio desses indivíduos quanto para o apoio do trabalho a ser realizado (ROCHA, 2017, p. 7).

Podemos observar que a dificuldade dos professores em atuar na educação especial está na formação, na falta de experiências e na ausência de condições para o desenvolvimento das práticas inclusivas de educação. Ainda quanto aos profissionais atuantes, está em vigor o modelo de contratação temporária utilizado pelo poder público que não permite a continuidade do trabalho e da formação dos profissionais. Para que aconteçam práticas bem-sucedidas de inclusão é necessária a continuidade do trabalho docente nas escolas, pois quando um profissional se adapta ao trabalho com os alunos, seu contrato é cancelado e conseqüentemente ocorre a interrupção do trabalho que estava planejado para ser executado com aquele aluno.

É observável também que muitos professores entram na educação especial sem formação ou experiência, no entanto, é preciso determinação para aprender com o aluno a forma de trabalhar com ele, ou seja, no dia a dia da prática, sendo que o correto seria especializar-se na área para um melhor desenvolvimento do trabalho. Assim o profissional vai aprendendo com o aluno e desenvolvendo sua atividade docente no senso comum pedagógico.

Diante de muitos obstáculos para a educação inclusiva na prática de ensino, professores com um mínimo de conhecimento em alunos com aprendizado diversificado,

podem contribuir por atrasar ainda mais o aprendizado dos alunos deficientes ou com necessidades especiais, por isso as formas de trabalhar requer muito da estratégia que o professor têm, pois a ação de incluir deve ser trabalhada em sala de aula regular, juntamente aos demais alunos, independente de quaisquer diferenças que possam ter, e cabe ao profissional compreender a forma de como o aluno aprende, e para isso deve estar sempre em busca de mais conhecimentos quanto ao desenvolvimento e a aprendizagem do aluno.

Diante da complexidade da ação de incluir, é importante a formação de professores, pois desta forma poderão contribuir para a inclusão no fazer docente na contemporaneidade, e a reelaboração do conhecimento, por isso,

O trabalho docente com portadores de necessidades educativas especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Na perspectiva da educação inclusiva é preciso que se criem mais oportunidades para que o professor possa especializar-se nas áreas de seu interesse, para isso é preciso que as políticas públicas sejam eficazes, que as escolas encontrem as condições para capacitar seus profissionais e que o educador tenha iniciativa e autonomia para lutar pela sua formação, e para isso é importante criar estratégias para driblar as dificuldades encontrada no decorrer do trabalho, as habilidades de seus alunos devem ser aproveitadas à todo custo. No entanto, isto ainda é um ponto de preocupação porque são poucos os professores que buscam capacitação para desempenhar um bom papel com os seus alunos.

Ressaltamos a importância de as escolas oferecerem permanentemente formações para os professores da educação especial e regular, para que estes possam se organizar melhor e se preparar dentro do seu ambiente de trabalho a qual tem conhecimento, e fazendo uso dos materiais pedagógicos adequados e compartilhados em atividades coletivas, pois quando se compreende a forma de usar os materiais em grupo de estudo e na troca de informações, poderão surgir mais estratégias e ideias, que contribuirão para a direção profissional e intelectual, transformando o planejamento docente em um ato de competências que em muito beneficiarão os alunos deficientes ou com necessidades especiais.

Visando compreender um pouco mais sobre a forma como o atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva vem se desenvolvendo na escola pública, este estudo buscou informações e conhecimentos por meio de uma pesquisa de campo,

apresentada no terceiro capítulo, onde descrevemos e analisamos os dados construídos na pesquisa de campo.

### CAPÍTULO 3

#### **5 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E DIFICULDADES NA ESCOLA PÚBLICA (ESCOLA ESTADUAL ONESINA BANDEIRA)**

Este capítulo apresenta o resultado da pesquisa de campo realizada na escola pública Onesina Bandeira. Retrataremos aqui os relatos das entrevistas, apontando a análise dos dados construídos, evidenciando as deficiências dos alunos matriculados no ensino regular e na sala de recursos multifuncionais e atendidos pelo professor de apoio ao AEE em sala de aula regular, a forma como são realizados os trabalhos educativos em atendimento as necessidades e especificidades de acordo com o grau de dificuldades, visando promover a aprendizagem. Iniciamos este texto com o estudo sobre o atendimento educacional especializado em seus aspectos teóricos e legais e apresentamos a caracterização da área de estudos e o resultado da pesquisa de campo.

##### **5.1 Educação Inclusiva, Salas de Recursos Multifuncionais e o AAE - Atendimento Educacional Especializado**

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é uma das inovações modernas trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), fortalecendo mais ainda a educação especial e dando o devido apoio ao aluno especial com serviços que "[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008).

O AEE contribuirá de forma ampla aprimorando a aprendizagem dos alunos e o seu desenvolvimento escolar, derrubando barreiras para que eles conquistem a própria autoestima e a sua autonomia dentro e fora da escola. Rapoli (2010) afirma que, “[...] O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino”.

O atendimento educacional especializado na escola pública veio como instrumento de contribuição para o processo de ensino aprendizagem, pois muitos alunos especiais eram simplesmente aprovados ano após ano, porque não havia muito o que se fazer por eles, pois os mesmos não contavam com o apoio de um acompanhante, ou porque as normas escolares não

permitiam a reprovação.

Observa-se que este é um programa muito importante no desenvolvimento da vida escolar dos alunos com deficiências, pois oferece condições de participação juntamente com a turma nas atividades escolares, individuais, em dupla, em grupo e até mesmo coletivamente, considerando sempre a sua limitação de aprendizagem e utilizando o apoio do AEE em sala de aula regular.

O Ministério da Educação criou muitos programas para a melhoria da educação no Brasil, desta forma, a implantação das salas de Recursos Multifuncionais em escolas públicas foi um programa que integrou muitos estudantes especiais que não tinham o devido atendimento conforme previsto em Lei.

E para melhor entender o que é uma sala de Recursos Multifuncionais, e como funciona dentro da escola, fizemos uma pesquisa para esclarecer que, de acordo com o MEC/SEESP (2010), as Salas de Recursos Multifuncionais fazem parte de um programa do Ministério da Educação por meio da política de educação inclusiva, que visa equipar as salas com materiais de uso tecnológico, informatizados, materiais didáticos e pedagógicos, a referida sala é destinada especialmente aos alunos com necessidades especiais, com deficiência nas escolas públicas que oferece ensino regular.

As salas de recursos multifuncionais devem ser equipadas levando em consideração as necessidades e especificidades dos alunos, e contar com materiais diferenciados e profissionais capacitados especialmente para atender as diversas necessidades educativas dos educandos, a escola no ensino regular responsável pela implementação das salas de recursos, deve fornecer a contrapartida de salas e de profissionais preparados.

É importante ressaltar que as salas de recursos são dispositivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, mantendo sua característica de complementar ou complementar do espaço da sala de aula comum, e jamais como substituta do espaço de sala de aula comum. Na perspectiva da educação inclusiva o aluno com necessidades especiais deve frequentar a sala de aula comum, e ser atendido como atividade complementar ou complementar na sala de recurso multifuncional, acompanhado por um professor capacitado para o AEE.

As salas de Recursos estão destinadas à complementar a aprendizagem em horário oposto ao da turma regular com o uso de diversos materiais didáticos disponibilizados pelo governo, e assim, ficando a própria escola responsável em administrar a ordem dos atendimentos e a disponibilidade dos horários para que os alunos sejam atendidos. Desta forma, o público de alunos a serem atendidos, são

- Alunos com deficiência: aqueles [...] que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (MEC/SEESP, 2008).
- Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (MEC/SEESP, 2008).

É ampla a diversidade de deficiências que podemos encontrar numa escola regular. E este programa do governo federal, sala de recursos, está dando certo, porque além de ampliar à aprendizagem dos alunos, ainda dá a oportunidade em contar o atendimento educacional especializado, pois este auxilia, complementa a aprendizagem e o conhecimento lento destes educandos diagnosticados como especiais dentro da escola.

O mais interessante é que, mesmo com toda essa dificuldade de aprendizagem, as crianças e adolescentes jamais se deixam enfraquecer, até porque em sala de aula, ao seu lado tem o professor de apoio e na sala de recursos tem o atendimento educacional especializado, nisso podem realizar todas atividades de forma que estejam adaptadas ao seu grau de aprendizagem em um local de inclusão.

## **5.2 Caracterização da área de estudo e resultados da pesquisa de campo**

O Local selecionado para realizarmos a pesquisa de campo foi a Escola Estadual Onesina Bandeira, localizada à Avenida Salvador Nolêto sob nº. 202, no bairro Canaã, na cidade de Miracema do Tocantins, estado do Tocantins. A escola é composta atualmente por 36 (trinta e seis) dependências, que inclui sala de coordenação, secretaria, sala de direção, salas de apoio, salas de aulas, banheiros e demais dependências administrativas.

A Lei de criação é a nº. 070/1990, e a inauguração aconteceu em 12 de agosto de 1988. Portanto é uma escola com pouco menos 30 (trinta anos), cadastrada no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) sob código nº. 17014760. A escola é administrada por uma diretora, com o apoio de uma orientadora educacional, duas coordenadoras, e vinte e quatro professores que atendem aos três turnos, matutino, vespertino e noturno.

A Escola oferece atualmente, anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º) e EJA, sendo três horários de atendimento, que são das 7h às 11h: 15min, das 13h às 17h: 25min e

das 18h: 50min às 22h: 10min. A organização das turmas está distribuída da seguinte forma, pela manhã do 6º ao 9º, à tarde do 6º ao 9º ano, e a noite 1º e 2º segmento.

A quantidade de alunos matriculados na escola segundo dados fornecidos pela secretaria escolar, é um público de 655 (seiscentos e cinquenta e cinco alunos), sendo 35 (trinta e cinco) diagnosticados como alunos especiais devido ao seu grau de desenvolvimento e aprendizagem escolar.

Desta forma, a escola se organiza em função da sua missão para com o público de alunos, cujo objetivo principal está em,

[...] promover o desenvolvimento integral do ser humano, contribuindo para o desenvolvimento de suas múltiplas potencialidades, para a sua auto-realização, preparação para o mundo, exercício consciente da cidadania e prosseguimento de estudos, observando as determinações da lei nº. 9394 de 23/12/1996 e demais disposições legais. A escola tem o objetivo de ministrar a educação básica, nas etapas séries finais do Ensino Fundamental, e a EJA segundo e terceiro segmento, obedecendo no processo de autorização e a legalização de ensino. O objetivo da educação é ser ministrada, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu preparo para o exercício da cidadania (...). (PPP, 2017. p. 31-32).

A escola selecionada neste estudo assim como outras unidades escolares, toda uma trajetória histórica voltada a um único intuito, fazer educação e socialização da forma mais simples possível, promovendo melhoria para a comunidade local. A forma simples com que a escola se comunica com a sociedade é uma ação bem recebida pelos moradores, pois facilita o convívio social entre comunidades, pais e escola, e a criação de mais comunidades ali próximas.

A trajetória histórica da escola é contada da seguinte forma,

A Escola Estadual Onesina Bandeira surgiu da necessidade de atender os bairros que surgiram após a enchente de 1980<sup>1</sup>, na cidade de Miracema do Norte – Goiás. (atual Miracema do Tocantins). A Vila Canaã I surgiu através da sensibilidade do então Dr. Franklin de Amorim Sayão, médico, religioso (Batista), que através de entidades não governamentais e com ajuda da prefeitura construiu essa vila com 40 casas para famílias carentes, passando algum tempo também foi criado o setor Flamboyant I, que foi construído através da COHAB (Construtora Habitacional).

Durante a administração do Prefeito Boanerges Moreira de Paula, o mesmo resolveu construir uma escola para que houvesse desenvolvimento do bairro, além de atender ao pedido da população, neste período construiu a Vila Canaã II com 189 casas. Em relação ao funcionamento da escola, a mesma teve a função de atender um projeto social da Prefeitura que tinha como objetivo o lazer e alimentação {...} (PPP, 2017. p. 22-23).

<sup>1</sup> A enchente de 1980 orientou a expansão urbana na cidade de Miracema do Tocantins, pois o Rio Tocantins foi na cidade de Miracema um agente natural do processo de produção e reprodução do espaço urbano. Por que foi a enchente 1980 que proporcionou a expansão da macha urbana da cidade e a criação de diversos bairros como: o Olaria, a Boca da Vinte, Setor Aeroporto, Santa Filomena, Universitário e outros. (MIRANDA, 2015, p. 97).

Diante das informações sobre a escola é possível observar sua importância histórica para o próprio desenvolvimento da cidade, pois beneficia toda a comunidade local, e amplia a construção do conhecimento e a socialização de crianças e adolescentes bem próximo da sua comunidade. São a partir desses projetos que surgem as grandes ações em prol da comunidade e que dura uma vida toda.

### **5.3 Resultado da pesquisa e análise dos dados construídos**

Para a construção dos dados de pesquisa, foram realizadas observações, visitas, aplicação de questionários com questões abertas e fechadas, direcionadas aos professores do AEE, às professoras da sala de aula regular e de recursos.

Realizou-se também pesquisa documental no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, disponibilizado gentilmente pela equipe gestora da escola, e também coleta de informações na secretaria escolar da unidade diretamente com os técnicos administrativos, através de perguntas, acerca da quantidade de alunos matriculados, nível e modalidade de ensino ofertada e demais informações pertinentes ao funcionamento da escola, e relativas a este trabalho acadêmico.

Os questionários foram prontamente respondidos pelos profissionais da escola e abordavam questões acerca da quantidade de alunos, dificuldades para a realização do trabalho com alunos especiais, atividades educativas, acompanhamento e avaliação de alunos com deficiências, prioridades para o atendimento educacional especializado, quais as maiores dificuldades de aprendizagem identificadas, funcionamento da sala de recursos, entre outras questões.

Todos os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e foram informados de que não serão identificados nominalmente neste estudo, portanto para preservar a imagem e o nome dos sujeitos da pesquisa, identificaremos os participantes da seguinte forma: PSR - Professor Sala de Recursos; CP – Coordenadora Pedagógica; PER1 – professor do ensino regular 1; PER2 – professor do ensino regular 2; PER3 – professor do ensino regular 3. Os resultados foram tabulados e analisados à luz das perspectivas teóricas e dos aspectos legais adotados neste estudo.

### **5.4 Do atendimento educacional especializado oferecido pela unidade escolar estudada**

Conforme dados construídos através da pesquisa realizada por meio de entrevistas,

questionários, observação escreveremos neste texto a experiência realizada na Escola Estadual Onesina Bandeira localizada na cidade de Miracema do Tocantins, TO.

A primeira informação que se buscou junto aos profissionais da escola está voltada para a compreensão destes, quanto à concepção de educação inclusiva, por isso *perguntamos à PSR sobre o que é inclusão para ela enquanto profissional*, e tivemos a resposta:

A inclusão escolar é acolher a todos, independentemente da cor, raça, credo religioso, da condição física ou psicológica. Mas também acredito que não é apenas receber, é dar condições para todos aprenderem, respeitando suas limitações e o ritmo de cada um. (PSR, 2019).

A inclusão nos remete a entender que é tudo e mais um pouco, ou seja, a garantia de todos com os mesmos direitos, de estar, aprender, falar, questionar, interagir, participar, fazer, enfim, uma igualdade perante todos, porque o ato de incluir é permitir que todos os alunos especiais sejam acolhidos em classe comum podendo participar das atividades sem sofrer discriminações.

Este estudo procurou também levantar informações sobre os profissionais atuantes na escola, principalmente os profissionais que atuam no atendimento educacional especializado e em relação à quantidade de professores de apoio ao AEE em turmas regulares, segundo informações que nos foi fornecida pelos profissionais da sala de recursos, levantamos que a escola conta com:

Um professor de apoio com formação em Pedagogia, um em Intérprete de Libras, um sem formação e um professor de apoio com formação em Assistente Social, mas sem o exercício da função, totalizando então, quatro profissionais, sendo que o interprete de libras atua no turno da manhã e noite, e os demais no período da manhã e tarde atendendo de um a dois alunos na mesma turma e auxiliando os demais quando da dificuldade. (PSR, 2019).

Esta informação nos leva a crer que a escola possui um serviço de atendimento especializado, ou seja, o Atendimento Educacional Especializado de fato está acontecendo, contudo é claro na resposta dos entrevistados que nem todos os profissionais que atuam no AEE estão de fato capacitados, pois apenas a professora da sala de recursos tem a formação para trabalhar com AEE, os professores que atuam no apoio ao AEE não têm formação e nem especialização na área de educação especial ou inclusiva, desta forma os alunos especiais podem estar recebendo apoio pedagógico insuficiente para assegurar a efetiva aprendizagem e melhora no desempenho escolar.

Ainda sobre a forma como o atendimento especializado aos alunos acontece na escola,

as informações coletadas apontam que de acordo a PSR (2019), o atendimento acontece individualmente ou em pequenos grupos semanalmente no contra turno; e durante o horário regular de aula, os alunos com laudos e com dificuldade de aprendizagem tem o acompanhamento do professor de apoio, sendo que este o acompanha do início ao término das aulas durante a semana, e os materiais da sala de recurso ficam à disposição dos professores para auxiliá-los quando necessário.

Esta forma de atendimento está em consonância conforme mencionado no Manual de Orientação: Programa de implantação de sala de recursos multifuncionais, item 2, que assegura que os alunos podem ser atendidos de forma individual ou coletiva, ressaltando que a escola assegure esse atendimento na carga horária destinada aos alunos, ou seja, garantir: [...] “Carga horária para os alunos do AEE, individual ou em pequenos grupos, de acordo com as necessidades educacionais específicas;” (MEC, 2010, p. 8).

Ao se tratar de direito ao acesso e permanência na escola, a LDB 9.394/96 assegura que o aluno com deficiência deve ser matriculado preferencialmente no ensino regular, e que a escola precisa criar as condições de inclusão, diante disso buscamos conhecer neste estudo como a escola pesquisada se organiza para a inclusão do aluno na sala de aula regular. Obtivemos como informação que o atendimento na sala de aula regular:

Acontece pelo professor de apoio, este tem o papel de auxiliar o aluno em todas atividades, sejam individualmente, em grupo ou de forma coletiva, e ainda tem autorização de adaptar as atividades e avaliações propostas pelo professor regular caso seja necessário. Este profissional atua conforme a necessidade do aluno. (PSR, 2019).

Desta forma compreende-se que o atendimento educacional especializado, ocorre na sala de recursos com auxílio de professores de apoio, e que acontece também a inclusão na sala de aula regular de alunos com laudos ou sem laudo, e quando necessário são avaliados e diagnosticados pela equipe escolar: a psicopedagoga, psicólogos da diretoria regional de ensino e consultas médicas acompanhadas pelos pais e profissionais da escola, a partir do resultado, o professor busca estratégias para que possa trabalhar na dificuldade de aprendizagem do aluno.

Em relação à forma como a escola caracteriza os alunos com deficiência, ou com necessidades especiais, este estudo buscou saber quantos alunos tem laudos e como fazem para diagnosticar os alunos que precisam de ajuda do AEE e da sala de recursos, obtivemos a seguinte informação fornecida pela coordenadora pedagógica,

Os alunos que possuem laudos e são atendidos na sala de Recursos Multifuncionais, são aproximadamente 25 (vinte cinco) alunos, comprovando: deficiência múltipla, suposto autismo, surdo e baixa visão. Os demais alunos que não possuem laudos, são avaliados pela equipe pedagógica juntamente com a psicopedagoga e outros profissionais, e matriculados como D.I (deficiente intelectual), sendo assim, a escola busca atendê-los na sala de recursos, de acordo ao seu grau de dificuldade de aprendizagem, priorizando o seu desenvolvimento e a permanência no ensino regular com educação de qualidade. (CP, 2019).

É um desafio para a escola desenvolver trabalho eficiente na perspectiva da educação inclusiva quando não se tem certeza da deficiência nem do grau de dificuldade que o aluno apresenta, e esta é a realidade da maioria das escolas, pois para se assegurar a inclusão, a escola precisaria ter o apoio de uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo, psicopedagogo, psiquiatras, neurologista e demais profissionais necessários ao diagnóstico e acompanhamento do aluno no decorrer do desenvolvimento, ou pelo menos que pudesse ser acessível para o diagnóstico.

Contudo, a realidade das nossas escolas públicas, nos mostra que muitas crianças e jovens deficientes ou com dificuldades de aprendizagem, ficam à mercê dos atendimentos educacionais pautados no senso comum pedagógico, onde os profissionais trabalham com aquilo que o cotidiano da escola tem para oferecer, enquanto as famílias aguardam nas filas para conseguir atendimento com neurologista, psiquiatra, ou psicólogo, profissionais que possam diagnosticar e fornecer um laudo que possa clarear a compreensão da escola sobre a dificuldade do aluno, e enquanto isso não acontece os alunos seguem rotulados e recebendo o atendimento que a escola pode oferecer.

Os profissionais por sua vez acabam por aprender na sua prática pedagógica com as dificuldades dos alunos, ou seja, no dia a dia vão construindo o saber pedagógico pautado na experiência cotidiana.

Buscamos com este estudo identificar na escola como ocorre a participação dos alunos especiais na integração dentro da sala ou nas atividades da escola ou algo do tipo, a PSR disse o seguinte:

Diante das dificuldades de alguns em interagir com os demais por medo de sofrer bullying, muitos conseguem estar junto aos colegas, até brincam, e participam nas atividades de grupos na sala de aula comum, e nas apresentações em atos cívicos procuramos incentivá-los a participar, também há festinhas tanto na sala comum, como na sala de AEE, então chamo todos os matriculados, como também procuro chamar dois ou três colegas da sala comum para fazer a interação. (PSR, 2019).

Nesse sentido é possível observar que a escola tenta fazer a integração dos alunos, apesar de alguns alunos apresentarem insegurança e dificuldades de interação, por isso busca-

se utilizar bastante a sala de recursos para o AEE. Por este motivo, buscamos saber na escola pesquisada, quais materiais estão disponíveis na sala de recursos, e esta conta com o seguinte material: jogos pedagógicos para leitura como: bingo de letras, sílabas, palavras, dominós das iniciais, de palavras e frases, vira letra, na ponta da língua; jogos para trabalhar a matemática, tabuada divertida, tangran, frações; quebra-cabeça, atividades impressas, atividades com pesquisas na internet, vídeo aulas, atividade de arte; e o uso de várias tecnologias: computador, som e celular.

Ainda sobre a inclusão dos alunos no ensino regular buscamos conhecer como os alunos são atendidos na classe comum, por isso contamos com a colaboração dos professores do ensino regular que gentilmente responderam à pesquisa, sendo um total de três professores, sendo assim relataremos abaixo:

Os profissionais foram questionados sobre as informações fornecidas pela escola ou pela família sobre, as deficiências ou sobre dificuldades de aprendizagens dos alunos, no seguinte questionamento: *Você é informado (a) sobre a existência de alunos com dificuldades de aprendizagem, ou sobre a sua deficiência e se ele tem professor de apoio durante as aulas?* Três profissionais responderam a este questionamento:

Eu não sou informada, não existe esta informação se o aluno é especial, só percebo quando vejo o professor auxiliar do lado dele. (PER1).

Não, somente quando apresentam o professor de apoio que o auxiliará durante as aulas, mais falta esta informação no que diz aos alunos especiais. (PER2).

Não, até porque quando tem alunos na minha turma, há sempre o professor de apoio, e quando o vejo do lado dele eu já sei, e então eu já busco mais informações com a professora da sala de recursos a respeito de como trabalhar com o aluno. (PER3).

Ainda complementando o questionamento anterior, sobre a existência de alunos e a quantidade nas turmas, obtivemos as seguintes respostas,

Sim, 2 alunos, 1 autista, 1 epilético, estes são os que eu tenho conhecimento porque as informações não são passadas para nós como deveria. (PER1).

Sim, 2 alunos, 1 surdo, 1 epilético e outros parece que tem dificuldades de aprendizagem. (PER2).

Sim, 6 alunos, 1 autista, 1 surdo, e tem outros, que eu acho que tem dificuldades de aprendizagem, esses parecem que são deficientes intelectuais. (PER3).

As respostas acima evidenciam que os profissionais do ensino regular parece não ter certeza se os alunos apresentam deficiências ou transtorno global do desenvolvimento, pois segundo eles as informações não são totalmente claras quanto à deficiência, talvez por falta de laudo médico que de fato confirme a condição de cada aluno quanto ao seu desenvolvimento,

as respostas são unânimes quanto à dificuldade de aprendizagem.

Questionamos também sobre as dificuldades que os profissionais encontram para trabalhar com alunos deficientes (especiais): Um dos professores do ensino regular relatou que as dificuldades são reais: *“tudo, porque a maioria dos alunos não tem laudo, e então fica difícil saber sobre o aluno, nós também não somos capacitados para atuar com o aluno”* (PER2). Outro profissional apontou que é difícil trabalhar com o aluno sem alguém para ajudá-lo *“o comprometimento do aluno, porque não consegue realizar todas as atividades a não ser que tenha alguém do lado para ajudá-lo”* (PER1), já a terceira professora relatou como é o dia a dia na disciplina de matemática,

Sou professora de matemática, por este motivo para eu chegar até o aluno e voltar a explicação várias vezes para que ele possa entender, fica difícil, porque os demais pegam rápido, e então graças ao professor de apoio eles conseguem realizar as atividades e ter um tempo para entender o conteúdo, por isto essa é maior dificuldade. (PER3).

As respostas dos profissionais evidenciam que de fato a escola encontra muitas dificuldades para o trabalho com deficientes em sala de aula no ensino regular, essa dificuldade pode estar relacionada a muitos fatores, como ausência de um profissional especializado, número de alunos excedentes por turma, carga horária dos profissionais que não contempla um tempo para voltar às atividades com alunos com dificuldades de aprendizagem e por isso o professor não pode voltar com a explicação, como explica PER3, pois tem um conteúdo que precisa ser cumprido dentro da carga horária da disciplina.

Este estudo buscou verificar também como os alunos diagnosticados com deficiências (especiais) são avaliados, os profissionais responderam como utilizam a avaliação nestes casos, PER1 disse que *“da mesma forma que os demais, com atividades e avaliações bimestrais, porém precisa de um lugar para realizar a avaliação”*, já os outros dois profissionais responderam de forma semelhante ao PER1, porém ressaltam que valorizam tudo que o aluno produz *“procuro avaliar eles da mesma forma que os demais, porém busco aproveitar todas atividades do caderno, a participação, a interação, tudo”*. (PER2). *“Como os demais, só que busco aproveitar todas atividades para que o aluno possa atingir a nota final como os demais”*. (PER3).

Quanto às demais atividades e trabalhos avaliativos, *questionamos se são iguais para todos os alunos:*

Não, eu costumo diminuir a quantidade de atividades para eles copiarem ou

responderem, e quanto aos trabalhos, como é feito em casa, então o professor de apoio busca fazer com ele na sala de recursos da escola. (PER1).  
 Não, porque como eles tem o professor de apoio, eu falo para o professor que não é necessário ele copiar tudo, então toda atividade ou trabalho é reduzido. (PER2).  
 Não, pois como o ritmo deles é outro, então eu chamo professor de apoio até minha mesa para explicar que o aluno não precisa fazer toda atividade, apenas algumas questões e nos trabalhos para serem entregues eu também costumo reduzir. (PER3).

Observamos então, que não existe uma forma diferenciada de avaliação para os alunos com deficiências ou alunos especiais, as respostas indicam que todos os alunos são avaliados com o mesmo instrumento de avaliação bimestral, contudo os professores procuram valorizar tudo o que é produzido por eles e diminuir a quantidade de trabalhos avaliativos para alunos com deficiências e ainda contam com a ajuda do profissional de apoio para a realização das atividades, pois de acordo com Araújo e Medeiros (2015, p. 3), [...] “precisa proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, o que depende da atenção a suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento”.

Quanto às dificuldades de aprendizagem, buscamos saber qual a maior dificuldade de aprendizagem encontrada em alunos especiais nesta escola, as respostas evidenciam que dificuldade de leitura, aprendizagem lenta, conforme:

É que a maioria dos alunos estão na alfabetização e não sabem ler, então essa é a maior dificuldade que percebo neles. (PER1).  
 Bom, o grau de aprendizagem deles é muito lento, e por isso não sabem ler e nem conseguem procurar a página do livro, e a partir disso já percebo o grau de dificuldade do aluno. (PER2).  
 O ritmo como eles copiam do quadro é muito lento, portanto, a maior dificuldade deles é essa, então o professor de apoio copia para ele, porque se não atrasa o conteúdo e não dá tempo de eu explicar para os demais. (PER3).

Outro ponto importante desta pesquisa foi verificar como os profissionais planejam suas atividades, considerando a diversidade escolar e as dificuldades de aprendizagem relatadas em respostas anteriores, questionamos: Quanto ao planejamento das atividades, você planeja para toda a turma, ou planeja diferente para os alunos com necessidades especiais ou deficientes, obtivemos as seguintes respostas: “*bom eu planejo para todos, ou seja, eu incluo o aluno especial ao meu planejamento, somente na aula é que eu mudo alguma coisa*” (PER1). Outro profissional disse que “*sim, eu planejo para a turma toda, e no decorrer do bimestre eu sempre faço algumas alterações, mais não por causa do aluno especial mais porque às vezes é necessário*” (PER2). O professor PER3 disse: “*isso, eu planejo para a turma toda, no caso eu já faço a inclusão no planejamento, pois os trabalhos em sala eu costumo colocar o aluno especial com um aluno da turma para que ele consiga realizar a*

*atividade e obter nota”.*

As informações dos profissionais evidenciam que o planejamento é feito de forma a atender todos os alunos, contudo os professores ressaltaram que no decorrer do processo educativo, é necessário fazer algumas alterações para atender as especificidades dos alunos com deficiências ou necessidades educativas especiais. É possível observar inclusive que os demais alunos são incluídos no processo, pois segundo PER3, nas atividades os alunos com mais dificuldades realizam as atividades com a ajuda de outros alunos.

Os profissionais entrevistados foram questionados também sobre o relacionamento entre professor da sala de aula regular e o professor de apoio ao AEE, e nas respostas ficou evidenciado que, para a maioria dos entrevistados é uma relação satisfatória no processo ensino e aprendizagem, pois segundo eles: *“é boa, porque sempre passo as atividades para ele e oriento o que o aluno precisa fazer”* (PER2). *“é boa, eles se dão bem comigo, porque não só eles me procuram para saber sobre as atividades, como eu também os procuro para orientação a respeito das atividades”* (PER3), já o profissional PER1 não considera o relacionamento satisfatório, porque segundo ele, *“às vezes o professor não vem tirar as dúvidas a respeito da atividade, então fico sem saber se ele está conseguindo responder a atividade com o aluno”*.

Todos os entrevistados foram questionados quanto as dificuldades e desafios enfrentados no cotidiano da escola, para fazer inclusão de fato. A maioria dos entrevistados apontou que os maiores desafios estão na formação dos profissionais, pois nem todos os profissionais estão preparados para lidar com a diversidade e as diferenças, porém aqueles que de fato, se preocupam com o processo inclusivo de alunos com deficiência ou necessidades especiais, mesmo não estando preparados, buscam meios para ajudar esses alunos, outros dizem que não foram preparados, não sabem e nem buscam, por isso não adaptam as atividades para aquele aluno com deficiência.

Então o desafio é fazer com que esses professores possam ter um olhar de inclusão para os alunos com deficiência, porque a maioria preferem relatar que não tiveram formação para trabalhar com alunos especiais, sendo que o certo seria o professor buscar especializar-se, e não parar no tempo, porque os tempos mudam e junto mudam as pessoas e surgem novas demandas. Do mesmo modo, sempre surgirão dificuldades no processo de ensino aprendizagem, porém buscar conhecimentos quanto às deficiências e de como trabalhar, será útil ao professor, porque quando da necessidade saberá e terá ferramentas para atuar.

Por certo, é importante ressaltar que não é possível acontecer inclusão nas salas de aula no ensino regular sem oferecer aos professores condições e apoio necessário, da mesma

forma colocar um aluno deficiente na sala de aula regular sem oferecer a ele condições de aprendizagem, não é inclusão, é apenas fazer constar mais um dado de matrícula no sistema.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender nas palavras dos colaboradores, que a inclusão, na unidade escolar estudada, de fato acontece, mais tem dificuldades por parte dos professores do ensino regular em trabalhar a aprendizagem, pois não tem formação específica ao público de alunos especiais, e também se percebe o receio dos profissionais devido à falta de informação quanto a especialidade das deficiências na escola.

A inclusão nesta escola se desenvolve através da interação dos alunos juntamente aos demais na classe comum, tendo participação nos trabalhos em dupla, grupos e coletivamente, buscando pontuar nesses, toda atividade e participação do aluno especial em sala, para que este como os demais possa adquirir nota bimestral, sendo assim, conta ainda com professores de apoio ao AEE para que seus alunos tenham rendimento gradativamente durante o ano letivo.

Em linhas gerais, percebe-se também que a escola enfrenta dificuldades no processo de comunicação no cotidiano do trabalho docente, pois falta informação aos professores sobre as especialidades das deficiências dos seus alunos, porque trabalhar com um aluno sem saber o grau de desempenho e a sua dificuldade de aprendizagem, na verdade é “trabalhar no escuro tentando alcançar uma luz ao fim do túnel, que não se sabe aonde chegar”. Enfim, o mais importante é que em meio a toda essa dificuldade, o atendimento especializado vem acontecendo, de forma a atender a todos os alunos matriculados na sala de recursos multifuncionais, independente da criança possuir laudo ou não, o atendimento será o mesmo para todos na busca por promover a inclusão escolar.

É importante ressaltar que a criança com deficiência possui dificuldades específicas, e precisam estar contempladas com o atendimento educacional especializado para que sua aprendizagem de fato aconteça. Por mais que demore um pouco para aprender, jamais devem lhe tirar o direito de frequentar a classe comum numa escola regular, pois a educação é um direito de todos, independente do seu grau de aprendizagem e todos devem passar pelas mesmas etapas na educação escolar, pois futuramente poderão desenvolver as mesmas capacidades se no processo ensino aprendizagem forem assegurado a elas as mesmas condições de aprendizado.

Nessa perspectiva, o papel do educador está em descobrir as vias peculiares pelas quais as pessoas com deficiência aprendem, portanto, focando no desenvolvimento do processo de ensinar explorar todas estas vias. Tais vias devem ser investigadas em conjunto com as relações sociais, a fim de esclarecer o processo peculiar do desenvolvimento que

ocorre nas crianças com deficiência. Cabe ainda ao professor buscar também, alternativas e estratégias para o ensino, pois nesse processo todos podem aprender.

A inclusão é algo interessante, e que de fato pode acontecer e mudar o futuro de uma pessoa que vive a margem dos processos educativos, possibilitando a ela a convivência, a socialização e o direito à educação de qualidade, independente das diferenças que a torna especial.

A inclusão na educação escolar ocorre quando a escola se adéqua e cria todas as condições pedagógicas, sociais, ambientais, para que todas as crianças, jovens e adultos com deficiência ou com necessidades especiais tenham acesso a todas as atividades educativas desenvolvidas pela escola, ou seja, a escola precisa se adaptar as condições do aluno e não o contrário, pois se o aluno precisar se adaptar a escola, neste caso não existe inclusão.

A educação brasileira oferece uma base de sustentação legal que pode fazer com que a educação inclusiva aconteça de fato, não precisamos de mais leis, decretos, precisamos que os mecanismos legais existentes sejam de fato eficazes na sua aplicabilidade, pois no dia a dia nos deparamos com a política pública, onde o discurso caminha na contramão da prática escolar.

A educação inclusiva só poderá acontecer numa proposta democrática, justa, com respeito às diferenças, capaz de superar os modelos de ensino excludente e elitista que ainda vigoram.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tiago Matias de Sousa. MEDEIROS, Blenda Carine Dantas de. **Educação Especial e Inclusiva: algumas contribuições a partir da Psicologia Histórico-Cultural**. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA10\\_ID8662\\_16102017222412.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA10_ID8662_16102017222412.pdf). Acesso em 18 abr. 2019.

ARAÚJO, Márcia Alves da Silva. **INCLUSÃO EDUCACIONAL: Um desafio entre o ideal e o real do processo de inclusão em uma escola Estadual no Município de Miracema do Tocantins**. Monografia de Graduação, Campus de Miracema, 2008. 74 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/ SEESP, 2001. 79 p.

BUENO, J. G. S. **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre Desenvolvimento. São Paulo: Memnon. 2001. pp. 21-7.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

CERQUEIRA, Marcos Aurélio da Silva. **Dificuldade dos alunos com deficiência física em sala de aula: um estudo em uma cidade no interior do estado do Tocantins**. Monografia de Graduação, Campus de Miracema, 2017. 32 p.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE. **Declaração de Salamanca e Enquadramento Da Acção: Na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994. Disponível em: [http://redeinclusao.pt/media/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf). Acesso em: 15 dez. 2018.

CONGRESSO NACIONAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº.4.024. 1961**. 20 p. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 26 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5.692. 1971**. 18 p. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em: 26 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394. 1996**. 28 p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em 26 jul. 2019.

DIAS, Robson Batista. BRAGA, Paola Gianotto. BUYTENDORP, Adriana Aparecida Burato Marques. (Org.). **Educação Especial e Autismo**. – 1. ed. -- Campo Grande, MS: Perse, 2017. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/67/2015/05/EBOOK-Educacao-Especial-e-Autismo-FINAL.pdf> acesso em: 02 jan. 2019.

DÍAZ, Félix. BORDAS, Miguel. GALVÃO, Nelma. MIRANDA, Theresinha, (Org.) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009. 354 p.

ESCOLA ESTADUAL ONESINA BANDEIRA. **Projeto Político Pedagógico**. 2017. 200 p.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér Mantoan. **O desafio das diferenças nas escolas**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. 19 p. pdf. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> acesso em: 15 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. 2010. 33 p.

MIRANDA, Ricardo Ferreira. **Miracema do Tocantins: uma cidade em (des)construção**. Porto Nacional, TO. Dissertação de Mestrado - UFT, 2015. 180 p.

POKER, Rosimar Bortolini. MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. GIROTO, Claudia Regina Mosca. (Org.). **Educação Inclusiva: em foco a formação de professores**. São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2016. 198 p. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/educacao-inclusiva\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/educacao-inclusiva_ebook.pdf) acesso em: 11 mar. 2019.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O Papel do Professor na Educação Inclusiva**. 2017. 11 p. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> acesso em: 15 ago. 2019.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico Do Surgimento Da Educação Especial**. REI - Revista de Educação do Ideau. Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010. Disponível em: [https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168\\_1.pdf](https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf) acesso em: 20 dez. 2018.

ROPOLI, Edilene Aparecida. ... [et.al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva**– Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/25849/1/A\\_Escola\\_Comum\\_Inclusiva.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/25849/1/A_Escola_Comum_Inclusiva.pdf) acesso em: 14 dez. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Sistema de Bibliotecas. **Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico – Científicos da Universidade Federal do Tocantins/ UFT**. Sisbid. Palmas, TO. UFT, 2017. 100 p.